

Parte II

3. Crise

3.1. O terceiro momento da geração do CEBRAP

“No quadro atual da sociedade brasileira torna-se cada vez mais importante estabelecer condições propícias ao estudo e ao debate das questões mais inquietantes que desafiam as sociedades latino-americanas.

“O nosso ambiente de criação da cultura esteve quase sempre ligado à expansão das funções estatais, contribuindo para favorecer um estilo de trabalho intelectual cujo protótipo em épocas mais recentes é o tecnocrata, reavivando as raízes autoritárias da tradição da cultura brasileira.

“Cumprir, nos dias que correm, criar condições para o desenvolvimento de visão crítica do passado e do presente, reafirmando suas ligações com a perspectiva de democratização econômica, social e política de nosso país. Trata-se de incentivar o debate através do qual se possa afirmar a riqueza da pluralidade e da diversidade do pensamento, fundamental para o desenvolvimento político e cultural nacional. Trata-se de recuperar traços do desenvolvimento histórico da sociedade que a ótica autoritária sempre ajudou a desarticular, mas cuja potencialidade inovadora e crítica o quadro cultural brasileiro já anuncia.

“É com esse espírito que é proposta a REVISTA DE CULTURA CONTEMPORÂNEA, cuja realização no tempo procurará responder a esses desafios. Para isso, convidamos todos aqueles identificados com esses objetivos amplos para nos ajudar cooperando e criticando.

“Tal caminho abre-se como mais uma forma de atuação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, buscando perceber no presente os germes de mudança para uma sociedade democrática, articulada e participante.”⁷⁸

Com este editorial a *Revista de Cultura Contemporânea* se apresenta ao seu público em seu primeiro número, lançado em 1978, um ano após a fundação do instituto responsável por sua publicação, o CEDEC. A análise do editorial é instrumento para descortinar a leitura que os intelectuais da revista realizam de seu tempo presente, um tempo de crise.

Para tanto, insere-a em uma narrativa cujo desenrolar aponta um caminho por onde o país pode superar sua crise. Este caminho é o da democratização. O significado deste processo está intimamente ligado ao fortalecimento da sociedade civil em detrimento do Estado, dando continuidade, desse modo, ao objeto

⁷⁸ **Revista de Cultura Contemporânea.** São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, julho, 1978.

preferencial da Escola Paulista desde sua gênese. Faz-se necessário que o intelectual não esteja atrelado ao Estado, como sempre esteve, o que reforça a proeminência deste e sufoca o desenvolvimento da sociedade. A figura do tecnocrata, retomado pela revista, é uma atualização da função que o intelectual historicamente desempenhou na sociedade ao atrelar-se ao Estado. Trata-se de uma referência e uma crítica aos intelectuais do nacionalismo-desenvolvimentista, em especial àqueles ligados ao ISEB. A Revista, em sua própria fundação, assume a autonomia científica como condição de sua atualidade histórica e como forma de legitimar sua atuação política.

Três são os pontos que o editorial revela sobre o sentido da Revista: 1) ela é legitimada pelo ponto de vista científico construído na tradição intelectual da Escola Paulista; 2) essa auto-imagem de sua posição na sociedade é evocada para engendrar o caminho histórico que vai do autoritarismo à democracia; 3) essa ação é promovida em um momento que, por diversas razões, os intelectuais responsáveis pela Revista consideram particular.

Assim, dois traços desenvolvidos por intelectuais que têm na Escola Paulista sua referência intelectual são resgatados em função das necessidades do tempo a eles contemporâneo. A percepção das peculiaridades desse tempo é também responsável pelo sentido da fundação do instituto e de sua Revista. Pensemos, portanto, quem são esses intelectuais e como concebem o período em que atuam na sociedade por meio da Revista.

A *Revista de Cultura Contemporânea*, cujo nome alterou-se para *Revista de Cultura & Política*⁷⁹ a partir de seu terceiro número, foi publicada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, o CEDEC, fundado em 1977 por um grupo de intelectuais cujas trajetórias acadêmicas de alguma forma se associavam à Universidade de São Paulo (USP). A revista, publicada entre 1978 e 1982, acompanha um momento crucial para o processo de Abertura política brasileiro.

A fundação do CEDEC foi liderada por Francisco Weffort, após dissociar-se do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP, que por sua vez havia sido fundado em 1969. Não apenas Weffort, mas também boa parte dos intelectuais que com ele fundaram o CEDEC em 1977, como seus orientandos José

⁷⁹ Dada a ausência de mudanças significativas que poderiam ter acompanhado a troca de nomes, a partir desse momento a revista será chamada, quando evocada de maneira geral, pelo título de *Revista de Cultura & Política*.

Álvaro Moisés e Regis Castro de Andrade, tinham no CEBRAP uma importante referência intelectual⁸⁰. Em função do contexto e dos objetivos de sua fundação, o CEBRAP tornou-se um importante abrigo tanto acadêmico quanto político onde os intelectuais afetados por medidas governamentais poderiam exercer sua atividade profissional com relativa autonomia.

Uma vez que o rompimento não teve como cerne conflitos pessoais ou grandes fissuras acadêmicas, algo que pode ser comprovado pelo grande número de intelectuais do CEBRAP que contribuíram com alguma frequência na revista editada pelo CEDEC, ou com participações em seminários organizados pelo mesmo, cabe questionar as razões que levaram à fundação de outro centro intelectual com propósitos semelhantes na capital paulista em fins da década de 1970.

Em um livro⁸¹ cujo objeto principal é o CEBRAP, Bernardo Sorj afirma ser o CEDEC uma tentativa de atualizar os temas desenvolvidos pelos intelectuais ligados aos estudos sociológicos e políticos oriundos da Escola Paulista de Sociologia. Ainda segundo o autor, o contexto da redemocratização política do país colocou novos problemas que, para serem desenvolvidos, exigiram até mesmo do próprio CEBRAP uma nova proposta de revista acadêmica, a *Novos Estudos*, inaugurada em 1981.

A influência do contexto da Abertura política sobre a fundação do CEDEC chega à própria estrutura financeira que o Centro constrói, em contraste, por exemplo, com as dificuldades encontradas pelos fundadores do CEBRAP. Enquanto este precisou, para ser fundado em 1969, de um significativo e polêmico apoio financeiro da Fundação Ford⁸² e, mais tarde, dependeu de constantes encomendas de pesquisas realizadas por empresas privadas, o CEDEC beneficiou-se de um ambiente mais flexível e engajado no Brasil, e em São Paulo em particular, onde o CEDEC construía boa parte de seus vínculos com movimentos organizados, que marcaram o período da Abertura política. O apoio financeiro do qual necessitava foi conseguido junto a uma fundação estrangeira, a Fundação Friedrich Ebert - conhecida por seus vínculos com partidos social-democratas da Europa, em

⁸⁰ SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁸¹ Ibid.

⁸² Cf.: PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990; Bernardo SORJ. **A Construção Intelectual do Brasil: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

especial o alemão - com a Comissão Justiça e Paz, ligada nacionalmente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e regionalmente à Arquidiocese de São Paulo, e com o Conselho das Igrejas Cristãs⁸³. Essa estrutura reflete um ambiente de maior mobilização da sociedade, onde cabe destacar o papel de organizações religiosas, em torno da luta contra o regime.

A *Revista de Cultura & Política*, por sua vez, não restringia os debates que promovia e artigos que publicava a discussões herméticas ao campo das ciências políticas. A revista, ao contrário, procurava se abrir o máximo possível para a sociedade ao seu entorno, embora sua comissão editorial fosse majoritariamente formada por acadêmicos que tinham por objeto, de algum modo, a política.

Francisco Weffort, apesar de ser o presidente-diretor do instituto recém-inaugurado, não fazia parte da comissão editorial. Esta era formada pelos nomes de Braz José de Araújo, Eduardo Kugelmas, Elifas Andreato, Fábio Munhoz, José Álvaro Moisés, Marilena Chauí, Perseu Abramo e Silvio Batusanschi. Braz José de Araújo é o coordenador da revista. Tal como Marilena Chauí, concluiu o doutorado no início da década de 1970, ingressando na Universidade de São Paulo logo depois. Eduardo Kugelmas obtém o mestrado em sociologia em 1978, na França. No mesmo ano era também pesquisador do CEBRAP. José Álvaro Moisés, jornalista responsável pela revista obtém o título de doutor pela universidade paulista no ano anterior. Orientando de Francisco Weffort, ajuda a fundar o CEDEC. Também Fábio Munhoz e Silvio Batusanschi são oriundos das ciências sociais e ajudam a dar o tom da revista: uma revista de intelectuais, especialmente preocupados com o contexto político brasileiro.

Completam a comissão editorial Perseu Abramo e Elifas Andreato, responsáveis por dar à revista uma tonalidade diferente, talvez um pouco menos acadêmica. O primeiro, editor da Folha de São Paulo, o segundo, artista plástico responsável pela arte de diversas produções culturais que variam desde a música, à literatura e ao teatro, passando por jornais e revistas que tinham nítido caráter opositor, como a revista *Argumento*, os semanários *Movimento* e *Opinião*⁸⁴. O editor deste último semanário, que era um importante espaço de difusão de um

⁸³ PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. P. 266.

⁸⁴ Informações obtidas na internet: www.elifasandreato.com em 24 de setembro de 2009, no currículo lattes dos autores e nos livros: Elio GASPARI. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; Paulo MARKUN. **O Sapo e o Príncipe**: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

discurso crítico ao regime militar, Fernando Gasparian, eventualmente substituiu Perseu Abramo na comissão editorial, o que confirma a manutenção de uma política orientada para a construção de um diálogo entre a comunidade acadêmica envolvida no projeto do CEDEC com a sociedade que se mobilizava em oposição ao governo militar.

Tomados em seu conjunto, os debates que permearam os meios universitários brasileiros, e em particular os paulistas, conjugavam uma determinada gama de conceitos e vocábulos a partir dos quais era possível pensar e agir sobre a realidade política do país. A fundação de um novo centro de estudos, o CEDEC, sugere que a revista conforma uma tentativa de intervenção política por meio da discussão no campo conceitual. Portanto, é útil para a presente pesquisa na medida em que permite a análise de diversos artigos que, por estarem em um mesmo contexto de preocupações, temas e conceitos, pode ser analisado como um todo, ainda que permeado por debates, diferenças e conflitos.

De fato, se usado como recorte cronológico dessa pesquisa, o período durante o qual a revista foi publicada, de julho de 1978 a junho de 1982, abarcou momentos importantes do processo de redemocratização do país. Desde o fim do AI-5, no último dia de 1978, passando pela anistia política, pelo fim do bipartidarismo, pela conseqüente formação de novos partidos e por dois processos eleitorais. Um deles, o de 1982, incluiu a escolha direta para governadores estaduais em todo o país e tornou possível a eleição de importantes nomes da oposição, tais como Franco Montoro em São Paulo, Tancredo Neves em Minas Gerais e Leonel Brizola no Rio de Janeiro, sendo, os dois primeiros, membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, o terceiro, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). A partir desse momento, segundo Fernando Abrucio⁸⁵, a Abertura entra em uma nova fase, em que ganham peso as negociações entre as principais lideranças políticas da oposição com interlocutores do regime. Até certo ponto de maneira coincidente, essas datas conferem ao tempo de publicação da Revista uma delimitação cronológica bastante consistente.

Há certo consenso com relação à demarcação temporal no que se refere à primeira fase da Abertura. Delimita-se esta entre a posse de Ernesto Geisel, em 1974, e as eleições diretas de 1982. Dentre a diversidade de fatos e inúmeros

⁸⁵ ABRUCIO, Fernando. **Os Barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

acontecimentos políticos relevantes, tem este período como denominador comum o engajamento do governo em um projeto de distensão política que inauguraria uma nova fase do regime. Dentre os estudos desse período, há algumas divergências quanto ao processo histórico que o referido projeto representava.

Maria Celina d'Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares sugerem que, para o propósito de análise da Abertura, os conceitos de liberalização e democratização sejam diferenciados entre si⁸⁶. O primeiro contemplaria elementos da tradição liberal que garantissem a proteção do indivíduo perante o Estado, ao passo que o segundo implicaria em uma real transferência de poder político. O projeto proposto pelo governo encabeçado por Geisel teria se concentrado majoritariamente na liberalização política. No entanto, tomada em seu conjunto, a Abertura política e a redemocratização do país não poderia ser compreendida apenas do ponto de vista da liberalização do regime, mas também como um processo de democratização, que escaparia desse modo ao controle do regime.

A idéia de que a Abertura era, em seu início, a institucionalização de um governo militar encontra respaldo nos meios acadêmicos, embora com ligeiras diferenças de abordagem. Maria Helena Moreira Alves, em seu conhecido livro *Estado e Oposição no Brasil*⁸⁷, procura analisar o regime militar por meio de uma dialética entre Estado e oposição, no qual o movimento inicial que desencadeia tal relação é a tentativa de institucionalização do regime militar. Tal dialética seria, nesse sentido, responsável pelas diversas fases do período militar. Desse ponto de vista, ao mesmo tempo em que a terceira fase, ou seja, o momento de distensão política, que é demarcado a partir da posse de Geisel e, principalmente, das eleições de 1974, é compreendida como mais uma etapa de institucionalização do regime, permanece em aberto a possibilidade de desencadeamento de um processo não controlado pelo governo.

Maria d'Alva Kinzo⁸⁸ chama a atenção para a necessidade de um processo de abertura controlado por parte do regime, que marcou a primeira fase da Abertura, que, segundo ela, também vai até 1982. Neste, as eleições seriam o principal canal de manifestação da oposição, ao passo que o governo lidaria com

⁸⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. Introdução. IN: **A Volta aos Quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

⁸⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984..

⁸⁸ KINZO, Maria D'Alva. **A democratização brasileira** – um balanço do processo político desde a transição. São Paulo: perspec. v. 15, n. 4, outubro - dezembro 2001.

as oposições extremadas à direita e à esquerda durante um período de relativa bonança econômica. Com diferentes abordagens teóricas, pode-se dizer que a primeira fase é interpretada por diversos autores como uma tentativa de legitimação, ou institucionalização, do poder militar após um processo de liberalização no qual mesmo eleições regulares seriam gradualmente toleradas.

Para Carlos Arturi, a posição de relativa tolerância do regime perante o grande aumento da oposição nas eleições de 1974 foi em si parte da estratégia de distensão organizada pelo grupo militar em torno dos generais Ernesto Geisel e Golberi do Couto e Silva⁸⁹, ainda que seu resultado não tenha sido previsto e, portanto, tenha pegado o regime de surpresa em um momento em que o crescimento econômico ainda se mostrava vigoroso. Prova de que novos resultados como esse poderiam abalar o projeto governista foi a sequência de casuísmos eleitorais que objetivaram reduzir o então já previsível crescimento oposicionista.

Desse modo, a Lei Falcão foi usada nas eleições municipais de 1976 com o propósito de não torná-las um palanque oposicionista em que temas nacionais pudessem ser abordados e difundidos. O Pacote de Abril, por sua vez, cumpriu o importante objetivo de criar um ambiente institucional no qual a importância do apelo popular que havia sido conquistado pelo MDB fosse diminuída e não se transformasse em uma maioria absoluta da oposição no Congresso que elegeria de forma indireta o presidente da República para o período de 1979-1984.

Sebastião Velasco Cruz faz a avaliação de que Abertura política foi, em seu início, a retomada do projeto castelista, ou, como prefere o autor, sorbonista, que havia inicialmente se desenhado no meio militar⁹⁰, ainda que com significativas diferenças dadas pelo desenvolvimento histórico do regime. Desse modo, se inicialmente um modelo político liberal com relativa alternância de poder poderia ter sido pretendido, o que se queria na Abertura, já após a outorga da Constituição de 1967 era a institucionalização do regime. Esse momento sucederia o período de

⁸⁹ ARTURI, Carlos. Transição Política e Consolidação da Democracia. IN: Maria Hermínia Tavares de Almeida (org.). **Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁹⁰ CRUZ, Sebastião Velasco e; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'Abertura'. IN: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, TAVARES, Maria Hermínia (orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

maior autoritarismo do regime, em que a opção da esquerda armada havia sido fragorosamente derrotada pelo governo.

Havia, portanto, a impressão de que a normalização do regime poderia ser implementada com relativa tranqüilidade, ao passo que a oposição parlamentar, que tinha no MDB sua referência, encontrou no viés eleitoral e no relativo diálogo com os sorbonistas a possivelmente única forma de proceder para um regime mais democrático. Instaura-se, desse modo, a dinâmica política e eleitoral que iria tecer o pano de fundo para o crescimento do MDB e para os casuísmos eleitorais e disputas internas ao regime militar.

É precisamente nesse contexto, ou, nessa dinâmica política, que se insere a fundação do CEDEC, do IDESP e mesmo a elaboração da nova revista do CEBRAP, *Novos Estudos*, em 1981. É interessante notar que o ano de 1974 marca também o ingresso de intelectuais do CEBRAP no cenário político brasileiro de forma mais clara. O líder da oposição, Ulysses Guimarães, convida Fernando Henrique Cardoso e outros intelectuais do CEBRAP para um seminário partidário. Após o sucesso do evento, os mesmos intelectuais e alguns outros, entre os quais Francisco Weffort, são convidados para colaborar com a formação do programa de governo que o MDB apresentaria à sociedade no ano em que obteve o surpreendente crescimento eleitoral.

A reputação adquirida no início da década de 1970, a pesada crítica ao desenvolvimento brasileiro e do nacionalismo conferiu a esses intelectuais uma crescente legitimidade social. A partir de meados dos anos de 1970, a atuação acadêmica desses intelectuais começa a transformar-se em atividade política de caráter mais direto, seja por meio de publicações na grande imprensa ou na alternativa, seja por meio de relações cada vez maiores com movimentos sociais e partidos políticos. Nesse sentido, interessa discutir as contribuições que sua participação política trouxe ao leque conceitual que ajuda a configurar a experiência do processo de redemocratização do país.

A revista teve dois números sob o título de *Revista de Cultura Contemporânea* e oito números sob o título de *Revista de Cultura & Política*. Nela encontram-se artigos variados sobre o contexto político brasileiro - como a liberdade de imprensa; movimentos sociais; e bandeiras políticas, como a da reforma agrária - sobre história, debates sobre temas contemporâneos e artigos estrangeiros traduzidos. O presente capítulo analisará a discussão sobre o que os

autores denominam como a crise política brasileira, desenvolvido em um debate feito em 1978 e reproduzido no segundo número da revista e que corrobora com a tese de que o contexto político brasileiro era um tema central à Revista.

A escolha tem um objetivo: trata-se de analisar a percepção que esses intelectuais têm do momento que vivem para que seja possível, em função das questões mesmas que esses intelectuais colocam, entender o significado, ou o sentido, de outros conceitos desenvolvidos nos artigos restantes e sua função na experiência política e histórica por eles vivenciada. Antes, contudo, é importante analisar como a revista incorpora a crítica ao conceito de desenvolvimento que se desenvolvia no âmbito do CEBRAP em resposta ao contexto do Milagre econômico que aumentava a já flagrante desigualdade social no país. O esvaziamento desse conceito responde por alguns desdobramentos da leitura realizada pelos intelectuais do CEDEC com relação ao período de Abertura política, que, como veremos, está por trás da própria fundação do instituto.

3.2. A narrativa em crise

O conceito de desenvolvimento econômico havia sido fundamental para a compreensão do período do Milagre Econômico no contexto de crítica ao nacionalismo desenvolvimentista. É relevante, portanto, que se questione de que forma esse conceito surge na revista que é objeto de análise deste trabalho, em um momento em que o milagre já dava sinais de esgotamento. Ou seja, de que modo esse novo momento econômico influi na concepção de modernização desenvolvida pelo centro, tendo em vista que esse conceito é um importante ponto de contato com a gama de conceitos criticados pela Escola Paulista.

A herança das críticas elaboradas pela Escola Paulista desde os anos de 1950 às propostas nacionalistas e que se fortalecem após o golpe de 1964, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista de análise social e econômica do país, demonstra uma aproximação com as produções do CEBRAP. Ao menos quatro artigos publicados na revista ao longo do seu período de publicação dialogam de alguma forma com a questão do desenvolvimento econômico e do milagre brasileiro.

O primeiro artigo é do sociólogo Bernardo Sorj. Trata-se de uma análise preliminar de uma pesquisa que estava em desenvolvimento e já havia sido

recentemente apresentada na forma de um seminário no próprio CEDEC. O título do artigo é *Estrutura agrária e dinâmica política no Brasil atual*⁹¹, publicado no primeiro número da *Revista de Cultura e Política*, de agosto de 1979. No mesmo número é publicado um artigo assinado por Werner Würtele, pesquisador do instituto alemão InWent, parceiro em diversos projetos da fundação Friedrich Ebert, que chegou a colaborar financeiramente para a fundação do CEDEC, intitulado *Volkswagen no Brasil: ajuda ao desenvolvimento?*. O terceiro artigo foi publicado na *Revista de Cultura e Política* número 4, correspondente aos meses de fevereiro, março e abril de 1981, e é intitulado *Brasil: economia de capitalismo selvagem*⁹², de autoria de Régis Castro de Andrade, orientando de Francisco Weffort. O quarto artigo é de autoria de John Humphrey, autor canadense envolvido na luta pelos direitos humanos, e foi traduzido pelo mesmo Régis Castro de Andrade. O título do texto é *A fábrica moderna no Brasil*⁹³, publicado no trimestre de abril, maio e junho de 1981, no quinto número da revista.

Ao pensarem temas diferentes, embora complementares, os quatro artigos não deixam de conferir interpretações ao período marcado pelo forte desenvolvimento econômico e conhecido como o do Milagre brasileiro. O objetivo desse trecho do capítulo é analisar os significados do conceito de desenvolvimento após um período de intensas críticas, como o foi a década de 1970. A análise ajuda também a compreender como o tempo presente é concebido na Revista.

O primeiro ponto a ser destacado é o compartilhamento de argumentos importantes na desconstrução do nacionalismo-desenvolvimentista produzidos ao longo das décadas de 1960 e 1970, tal como apontado na seção anterior. O artigo de Régis Castro de Andrade é provavelmente o que realiza esse diálogo de forma mais direta. Seu objetivo é analisar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, para alcançá-lo, o autor lança mão de uma metáfora: o Brasil seria a terra do capitalismo selvagem. Logo no início de seu artigo, o autor afirma:

⁹¹ SORJ, Bernardo. *Estrutura Agrária e Dinâmica Política no Brasil Atual*. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, agosto, 1979.

⁹² ANDRADE, Régis de Castro. *Brasil: economia de capitalismo selvagem*. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 3, n. 4, fevereiro - abril, 1981.

⁹³ HUMPHREY, John. *A Fábrica Moderna no Brasil*. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 3, n. 5, abril – junho, 1981.

“Metaforicamente, o Brasil é uma das fronteiras do mundo capitalista. É uma terra de ninguém a ser conquistada pelas armas e transformada num negócio rentável. [...] Qualquer que seja o ponto de vista, trata-se de uma experiência de capitalismo selvagem.”⁹⁴

Logo após, afirma:

“Crescimento econômico acelerado e pobreza persistente – eis uma das características contraditórias do caso brasileiro. É interessante observar que, nas últimas décadas, o Brasil é um exemplo raro de transição bem sucedida para a modernidade capitalista. Como foi possível isso no ambiente internacional hostil do século vinte?”⁹⁵

A associação entre a modernidade e o capitalismo selvagem surge, portanto, logo no início de seu argumento. A estrutura temporal presente no conceito de modernidade, tão cara aos intelectuais nacionalistas, surge com um viés pessimista e negativo. Sob esse prisma, o foco de sua análise é o recente processo de desenvolvimento, conforme afirma pouco adiante em seu texto:

“A primeira parte deste artigo é uma introdução descritiva às origens da economia brasileira moderna, desde os anos 30 até a crise econômica de 1962-1967. A seção seguinte analisa o ‘modelo brasileiro’. A parte três aborda o ‘boom econômico’ de 1968-1973 (o ‘milagre brasileiro’) e sua evolução recente. A última tece algumas considerações sobre as perspectivas da economia brasileira à luz das análises prévias.”⁹⁶

A transcrição evidencia dois pontos relevantes de sua argumentação. Primeiro, o conceito de modernidade está intimamente associado à esfera econômica, mais precisamente ao desenvolvimento do capitalismo. Em segundo lugar, essa modernidade é uma característica da economia brasileira não apenas do período recortado de 1968 a 1973, objeto central de sua análise, mas tem suas origens nos anos de 1930. Esse recorte histórico não será utilizado apenas em seu artigo, sendo recorrente em toda a revista. O desenvolvimento, tal como na crítica desenvolvida pelos autores do CEBRAP, é visto como um processo de acúmulo de capital, sendo este o verdadeiro dinamizador do processo histórico brasileiro.

⁹⁴ ANDRADE, Regis de Castro. Brasil: economia de capitalismo selvagem. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 3, n. 4, fevereiro - abril, 1981. P. 7.

⁹⁵ Ibid. P. 7

⁹⁶ Ibid. P. 8.

Não fica claro, contudo, que essa perversidade, própria do processo de modernização brasileiro, é uma característica de todo o processo ou apenas do período denominado por milagre brasileiro. Dada a centralidade que o artigo deposita neste último momento, presume-se que a selvageria à qual se refere o autor se manifesta ao menos com mais intensidade no período que se inicia em 1968. A experiência que se inicia, então, produz consequências teóricas importantes. Nesse momento o autor faz uma menção direta às hipóteses de estagnação, anteriores ao milagre:

“Essa visão nega a validade tanto da teoria do sub-consumo quanto da sub-poupança, que gozavam de alguma credibilidade na década de 60. De acordo com a primeira, a distribuição desigual da renda induziria fortes investimentos de capital, diminuiria a proporção dos salários no valor adicionado, reforçaria a concentração de capital e finalmente levaria à estagnação, à medida que a demanda contida de bens duráveis fosse satisfeita. [...] Ambas as teorias foram discutidas por Fishlow (1974); a segunda teoria mencionada foi criticada por Tavares e Serra (1972). Para os propósitos desse trabalho, é suficiente mencionar que as taxas de crescimento observadas no período 1968-1973 desautorizam a teoria da estagnação em qualquer de suas versões.”⁹⁷

Régis Castro de Andrade cita, portanto, o famoso trabalho de Maria Conceição Tavares em que as teorias sobre a estagnação econômica são refutadas. O autor do artigo deixa claro seu propósito no trecho transcrito: cabe apenas notar que o período de desenvolvimento que tem início no final dos anos de 1960 torna as teorias que emergem da proposta de desenvolvimento do nacionalismo obsoletas. O texto de Werner Würtele, o então presidente da federação internacional dos trabalhadores metalúrgicos, também faz uma breve referência às teorias econômicas dos anos de 1950. Segundo ele:

“No caso do Brasil, tornou-se realidade o que muitos economistas dos anos 50 achavam impossível, ou seja, uma industrialização acelerada, malgrado as condições específicas do capitalismo dependente e apesar da crise em que o país entrou a partir dos anos de 1973/1974. Hoje, o desenvolvimento do Brasil não tem concorrentes na América Latina.”⁹⁸

Embora vaga, há uma referência às teorias da dependência, que enxergavam no lugar periférico assumido pela economia na ordem internacional um obstáculo

⁹⁷ Ibid. P. 12.

⁹⁸ WURTELE, Werner. Volkswagen no Brasil. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, agosto, 1979.

ao desenvolvimento econômico e à modernização do país. Tal como no texto de Régis Castro, o artigo de Werner Würtele também chama a atenção para o impacto que o período recente de desenvolvimento trouxe para o campo intelectual brasileiro. De certa forma, entretanto, o autor dá razão aos autores da CEPAL, defensores de uma ação em prol do desenvolvimento industrial dos países periféricos. Reconhece, entretanto, e aí mostra um diálogo com a crítica elaborada por Fernando Henrique e Enzo Faletto, o caráter dependente da inserção internacional do país, mesmo que, agora, como produtor de manufaturas.

Tendo em vista essa perspectiva de desconstrução crítica das interpretações desenvolvimentistas forjadas no contexto do nacionalismo, a abordagem realizada por Bernardo Sorj no seu artigo *Estrutura agrária e dinâmica política no Brasil atual* é interessante por tentar atualizar o debate sobre a questão da reforma agrária na atualidade brasileira. O autor realiza uma crítica aparentemente direcionada aos teóricos nacionalistas, embora as referências do texto sejam vagas:

“A abordagem que vê no latifúndio uma barreira à penetração do capital tem pouca sustentação teórica ou empírica. A modernização da agricultura não implica necessariamente na destruição do latifúndio. Num país onde já se desencadeou um processo de industrialização capitalista, o problema não se encontra na alternativa entre a manutenção da estrutura fundiária ou sua transformação, mas na forma específica que assumirá o desenvolvimento capitalista”⁹⁹

Ou ainda:

“A agricultura do capitalismo periférico, onde o camponês tradicional ainda continua sendo geralmente o contingente mais importante da população rural, passou a ser igualmente re-analisada e antigas concepções questionadas. Assim, frente às explicações tradicionais que enfatizavam a importância do latifúndio na permanência das relações pré-capitalistas de produção, novos estudos sugerem a adequação das estruturas tradicionais à acumulação do capital”¹⁰⁰

A reforma agrária, possivelmente a mais famosa reforma de base proposta ao longo do governo liderado por João Goulart, descola-se do processo de modernização a partir da experiência de penetração do capitalismo no setor agrário brasileiro. Novamente, o desenvolvimento econômico ocorrido durante o

⁹⁹ SORJ, Bernardo. *Estrutura Agrária e Dinâmica Política no Brasil Atual*. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, agosto, 1979. P. 19.

¹⁰⁰ Ibid. P. 20.

período militar é interpretado como um momento importante de mudanças estruturais na sociedade brasileira. O suficiente para exigir um esforço intelectual redobrado para que a atualidade brasileira seja devidamente compreendida. Nesse caso, o ponto central é a histórica bandeira política da reforma agrária e sua suposta relação com o desenvolvimento do país:

“Possivelmente a reforma agrária não tinha apoio suficiente dentro da própria burguesia industrial-financeira, nem existiam condições ideológicas ou políticas para promover uma reforma agrária. Dentro deste contexto a política econômica do governo [militar] para o setor agrário, se caracterizou por um influxo de créditos subsidiados e incentivos à modernização, sem realizar transformações institucionais na estrutura de propriedade. Durante uma década, de 1967 a 1977, o governo procurou incentivar a modernização do latifúndio.”¹⁰¹

O argumento nacionalista de que a modernização brasileira deveria contar com a colaboração dos setores dinâmicos da sociedade brasileira, ou seja, que deveria ser protagonizado por uma aliança de classes sociais, é descaracterizado. A penetração do capitalismo no campo brasileiro prescindiu da reforma agrária. Pode-se dizer que essa constatação deriva, ou ao menos reforça, as críticas elaboradas por grupos que se consideravam à esquerda do PCB com relação à aproximação deste com os setores nacionalistas.

Ainda segundo Sorj, o desenvolvimento no campo mostrou uma realidade diferente:

“Se bem existe uma penetração crescente do capitalismo na agricultura, esta penetração, em vez de determinar a extinção de formas de produção não-capitalistas, gera conjuntamente com empresas capitalistas um campesinato pauperizado, com características de exército de reserva, dada sua importância decrescente como abastecedor de alimentos. Por sua vez, o setor capitalista inclui tanto empresas onde reinam as relações de produção capitalistas como unidades de produção altamente capitalizadas, que praticamente não utilizam trabalho assalariado.”¹⁰²

Posteriormente, afirma ainda:

“Se por um lado são claras as perspectivas de manutenção de um campesinato tradicional pauperizado, por outro lado a capitalização crescente da

¹⁰¹ Ibid. P. 23.

¹⁰² Ibid. P. 19.

agricultura não implica num aumento substancial das relações de produção capitalistas.”¹⁰³

Portanto, o desenvolvimento rural, entendido enquanto a penetração do capitalismo nesse meio, não eliminou outras formas de atraso social, não capitalistas. O desenvolvimento econômico surge desatrelado de outras formas de desenvolvimento da sociedade. A peculiaridade da modernização recente do Brasil é justamente a convivência entre setores atrasados e modernos em uma dinâmica que permitiu o surgimento de uma modernidade perversa, intensificada durante o Milagre brasileiro.

Tal perversidade é caracterizada pelos autores de formas variadas e não excludentes entre si. O texto de Werner Würtele aponta duas em especial:

“A atual posição dominante das multinacionais fica evidente em uma análise feita entre as 200 maiores indústrias ativas no Brasil: no setor de bens de consumo duráveis, as multinacionais têm uma participação de 100% na produção [...] No faturamento de indústria manufatureira, as multinacionais têm 50% de participação.”¹⁰⁴

Ou como surge pouco adiante em seu texto:

“Evidentemente, seria necessária uma outra forma de industrialização, para que se pusesse um fim à crescente marginalização de amplas partes da população.”¹⁰⁵

Marginalização de amplas partes da população e submissão aos interesses das multinacionais são dois temas recorrentes. A pesada desigualdade social encontra respaldo em todos os textos presentes na Revista que de algum modo lidam com o desenvolvimento brasileiro. A permanência de um campesinato rural pauperizado, como argumenta Bernardo Sorj, surge como uma característica marcante do atual setor agrário nacional. Também Régis Castro de Andrade aponta a pobreza como um traço marcante do Milagre:

“De qualquer forma, os salários não incorporavam os enormes ganhos de produtividade gerados nos últimos anos. [...] A crescente massa de mais valia – ou

¹⁰³ Ibid. P. 22.

¹⁰⁴ WURTELE, Werner. Volkswagen no Brasil. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, agosto, 1979. P. 67

¹⁰⁵ Ibid. P. 71.

lucros totais – foi redistribuída segundo linhas determinadas pelas condições de mercado e pelas políticas governamentais beneficiando os estratos de alta renda.”¹⁰⁶

Ou ainda:

“As cidades resumem o país. Trabalhadores industriais, empregados domésticos, desempregados, semi-empregados, todos eles fazem parte de uma imensa, sempre crescente massa de pessoas dentro e ao redor das cidades. Eles não constituem grupos sociais em transição, como pretendem alguns. Expressam a peculiar combinação de condições pré-capitalistas e de condições capitalistas altamente desenvolvidas na formação histórica brasileira. Nesse tipo de formação, a mobilidade social vertical é ilusória: a pobreza urbana nada mais é do que a reciclagem da indigência rural.”¹⁰⁷

Não há transição em direção à modernidade no processo de migração do campo à cidade. Novamente, uma crítica às interpretações de que o Brasil estaria se modernizando em diversas esferas da vida societária em seu processo de desenvolvimento. A atualidade brasileira, tal como concebida nesses artigos, resume um modelo de desenvolvimento que combina pobreza e riqueza, atraso e avanço. Seu diagnóstico sobre as multinacionais pode ajudar a esclarecer determinados pontos de seu texto:

“a internacionalização da economia brasileira não implicou em estagnação econômica. Pelo contrário, essa foi a forma que assumiu a rápida acumulação de capitalismo no país. Também não é certo que esse fenômeno tenha levado à completa submissão às multinacionais ou a governos estrangeiros. Operou aí um tipo de dialética: a internacionalização acompanhou-se do fortalecimento de interesses locais (senão nacionais). A análise das tendências mais recentes realizadas na última seção, sugere a possibilidade de alteração desse processo.”¹⁰⁸

A seção à qual o autor se refere no trecho transcrito analisa a crescente desigualdade social e também a construção de dois cenários opostos: o primeiro marcado pela pobreza da população camponesa e o segundo pela riqueza das populações urbanas. Nesse sentido, a internacionalização à qual o autor se refere parece ser um processo econômico anterior ao Milagre brasileiro. Nesse caso, as tendências sociais resultantes desse momento particular de desenvolvimento

¹⁰⁶ ANDRADE, Regis de Castro. Brasil: economia de capitalismo selvagem. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 3, n. 4, fevereiro - abril, 1981. P. 12.

¹⁰⁷ Ibid. P. 19.

¹⁰⁸ Ibid. P. 20.

poderiam alterar uma lógica de não submissão às multinacionais que havia caracterizado o crescimento econômico brasileiro até o período em questão. É nesse sentido que o autor afirmara anteriormente no texto:

“Evidências históricas específicas, um resumo das quais foi apresentado na primeira parte, demonstram que no Brasil foi necessário a prévia consolidação do Estado para que a rápida industrialização, incorporando capital estrangeiro, pudesse realizar-se. [...] O desenvolvimento é no Brasil um processo ambivalente. Ele não eliminou o elemento de dominação inerente às relações centro-periferia; ele apenas modificou suas formas e modos de operação. Mas à medida que o desenvolvimento pressupunha a constituição de um sistema local de poder, lutando no plano internacional para o controle de uma riqueza interna crescente, ele trouxe à baila a questão nacional. Para uns, essa questão exprimiu-se em sonhos de futura Grande Potência. Outros preocuparam-se com a subordinação dos esforços produtivos nacionais aos interesses multinacionais.”¹⁰⁹

Novamente o diagnóstico da perversidade da modernização brasileira distingue duas posturas diferentes de uma elite nacional enriquecida com relação ao desenvolvimento do país. Uma postura de subordinação aos interesses multinacionais e outra de crença na futura *Grande Potência*. Essa distinção pode se manifestar também em um sentido histórico: a subordinação dos esforços produtivos nacionais aos interesses multinacionais são elementos das escolhas recentes do desenvolvimento brasileiro. Cabe notar também que a questão nacional surge, no trecho, de forma historicamente localizada. Faz parte de um momento próprio do desenvolvimento brasileiro e é explicado sem delongas como uma tensão entre duas tendências que surgem a partir do incremento de produção de riquezas em território nacional.

O desenvolvimento surge nos artigos da Revista de forma perversa e central na caracterização da atualidade brasileira. De que maneira, contudo, essa atualidade se distingue dos períodos anteriores?

A distinção entre o tempo anterior a 1968, ou, mais especificamente, 1964, e o que se segue à data de publicação do artigo, nem sempre é um traço do texto de Régis ou das análises da modernização brasileira. Por vezes, mesmo o período que se inicia em 1930 e segue até a atualidade do autor são vistos sob uma base comum, como já sugere a divisão que o mesmo realiza em seu texto. Por exemplo:

¹⁰⁹ Ibid. P. 12.

“É verdade que o gasto de capital do governo não é contínuo em relação às indústrias individuais. Setores distintos são ativados em momentos diversos. Mas o impacto global dos investimentos estatais é muito grande e permanente. Esses investimentos não são apenas medidas paliativas, empregadas neste ou naquele momento. Eles são componentes do complexo mecanismo de crescimento em todas as suas fases.”¹¹⁰

A atualidade brasileira é marcada por uma perversidade bastante particular. Embora a presença do Estado seja uma constante, sua atual inserção na sociedade brasileira e nos processos históricos a esta ligados possuem algumas particularidades:

“Estabeleceu-se um regime autoritário no qual o Congresso e os sindicatos praticamente não atuavam. Entretanto, esse regime não era uma mera ditadura militar. Esse novo regime expressava o crescente poder político, ao nível do Executivo, da grande burguesia industrial associada aos altos escalões da tecnocracia estatal e da alta oficialidade militar.”¹¹¹

Entretanto, são claras as limitações do conceito de desenvolvimento para particularizar a atualidade brasileira com relação ao seu passado. A começar pelo fato de que esse passado já não está tão bem definido. Seria passado apenas o período do nacionalismo-desenvolvimentista, ou também a ditadura militar em seu período mais repressivo? O que caracteriza o presente? O conceito de desenvolvimento não mais é uma referência para a organização do tempo.

Os argumentos apresentados na revista indicam uma continuidade nas críticas ao modelo econômico promovidas pelo CEBRAP. O conceito de desenvolvimento, nesse contexto, adquire um tom extremamente negativo, e aponta para um horizonte de expectativas ditado pelo desenvolvimento capitalista promotor de desigualdades sociais, miséria e autoritarismo, ao contrário do significado que o mesmo conceito adquiria nos escritos isebianos.

Manutenção da dependência junto com o desenvolvimento industrial; compreensão do conceito de desenvolvimento como o de expansão do capitalismo; o conceito de modernização como sinônimo de adequação das estruturas sociais à economia capitalista, e não como um progresso em direção às estruturas sociais identificadas com a cultura ocidental; relação entre forças sociais do atraso e do moderno no processo de desenvolvimento; esvaziamento de

¹¹⁰ Ibid. P. 15.

¹¹¹ Ibid. P. 11.

marcos cronológicos, em especial o golpe de 1964, como estratégia para dar ênfase à continuidade do processo histórico brasileiro desde a década de 1930 até os dias atuais, tendo por fio condutor a expansão do capitalismo; crítica às concepções nacionalistas do desenvolvimento, que supervalorizavam o conflito entre o estrangeiro e o nacional, fortalecendo o Estado sem perceber que a lógica de classes se sobrepunha àquela do nacionalismo; todos esses pontos, presentes na crítica ao conceito de desenvolvimento do nacionalismo-desenvolvimentista permanecem no conceito de desenvolvimento usado na revista. Há também, a desvalorização desse desenvolvimento enquanto dinâmica histórica capaz de levar o país a um futuro valorado positivamente.

O desenvolvimento, por esse prisma, não pode mais ser tido como referência na análise histórica brasileira, pois não gera as rupturas tão esperadas por agentes sociais dispostos a transformar a situação social do país. O futuro só poderá ter uma coloração diferente se o atual processo histórico for lido de outra forma. O desenvolvimento, portanto, perde espaço não apenas por causa da crise econômica que começa a assolar o mundo e o país no fim da década de 1970, mas também porque o crescente engajamento político desses intelectuais pedia uma nova narrativa do passado.

A narrativa em crise já não era suficiente para pensar a atualidade brasileira em suas particularidades e a partir das demandas que esses intelectuais colocavam a essa mesma atualidade. Chega-se, portanto, aos objetivos da Revista: desenvolver uma narrativa da atualidade brasileira sobre outros parâmetros, que incorpore a tradição da Escola Paulista, mas também que esteja sujeita à intervenção. As efetivas mudanças no cenário político dividem com a mudança de postura desses intelectuais a responsabilidade pela percepção de que o regime militar passava por um novo momento. Não é apenas o objeto que muda, mas também o olhar sobre ele lançado.

3.3. A narrativa da crise

No segundo número da revista, de janeiro de 1979, é publicado um debate que havia sido realizado em maio de 1978 em torno do tema da crise política pela qual passava então o país. O debate foi o primeiro de alguns outros que, de alguma maneira, teriam por tema a democratização da sociedade brasileira.

Dentre os participantes do debate, destaco Francisco Weffort e Marilena Chauí, ambos os membros permanentes do CEDEC. Respondendo a questão proposta, que indagava sobre a natureza da crise política brasileira, Weffort responde que, antes de tudo, é importante notar que a sociedade brasileira vive uma crise em um sentido mais longo, uma crise institucional, ou de hegemonia, para a qual a própria ditadura foi uma resposta. Essa resposta, por sua vez, encontra-se em uma crise, de caráter conjuntural. Sobre ela afirma Weffort:

“Eu diria que há um impasse pelo lado do regime no sentido de que me parece que há um cansaço das Forças Armadas como instituição que assume as responsabilidades do poder, sem necessariamente exercê-lo. Além disso, os mecanismos políticos criados pelo regime, ou seja, a Arena, certas soluções institucionais, arranjos parlamentares etc., se revelam a meu ver em amplas medidas, um fracasso. Por outro lado, há a política de distensão proposta pelo atual Presidente da República que se revelou, na melhor das hipóteses, como um êxito parcial. O que significa dizer que continuamos como antes, numa situação de equilíbrio entre forças que empurram no sentido de um endurecimento regressivo do regime e forças que empurram no sentido de uma retirada das Forças Armadas da posição ostensiva que ora ocupam dentro do jogo. Portanto, o regime nem pode se converter plenamente numa ditadura, nem pode proceder com segurança, a uma abertura lenta e gradual.”¹¹²

E complementa:

“Pelo lado das oposições, eu acho que também se configura uma situação de impasse que se revela em duas dimensões, a meu ver, fundamentais. Em primeiro lugar está a alta direção do MDB, que confere à temática das oposições em geral, uma orientação estritamente político-institucional num nível que não tem sido capaz de entroncar com os movimentos efetivos da sociedade civil. Em segundo lugar, os movimentos que ocorrem dentro da sociedade civil, só têm alcançado ressonância, enquanto sejam capazes de traduzir a sua mensagem nos mesmos termos político-institucionais. Neste sentido, a temática das oposições não assume uma conotação social e só precariamente assume uma conotação econômica. [...] Tudo isto significa que as oposições, não obstante tenham crescido muito, não passam de um horizonte estritamente liberal clássico nas suas propostas. Significa que elas também são frutos da velha crise institucional. Significa que há uma crise das instituições do Estado, na qual as próprias oposições emergem, e à qual não sabem dar resposta, e se comportam como se fosse ainda possível uma alternativa de tipo liberal clássico.”¹¹³

Ao referir-se à crise de hegemonia, o autor remete a situação de autoritarismo ao problema por ele analisado nos artigos publicados na década de

¹¹² **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: CEDEC; Paz e Terra. Ano 1, n. 2, janeiro, 1979. P. 44.

¹¹³ *Ibid.* Pp. 44-45.

1960. Do ponto de vista estrutural, a situação de autoritarismo se mantém graças a uma crise que, por não se resolver, fomenta uma hegemonia do Estado perante a sociedade. Por meio do conceito de bonapartismo, forjado por Marx em seu clássico trabalho intitulado *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*¹¹⁴, Weffort entende que o país, desde 1930, vive um período em que nenhuma classe social consegue exercer sua hegemonia, de modo que o Estado adquire uma preponderância sobre a sociedade.

Mesmo reconhecendo o importante papel desempenhado pelo Estado nesse momento no que se refere ao crescimento econômico e ao desenvolvimento, a situação de crise de hegemonia e de autoritarismo é caracterizada acima de tudo como uma situação de continuidade, de estagnação, de impedimento de mudanças. Isso porque, como já foi analisado, o conceito de desenvolvimento perde a função que por tanto tempo desempenhou, de conceito base da progressão histórica da sociedade brasileira.

Diferente é a crise pela qual passa a oposição. Essa deriva de sua incapacidade de produzir um desfecho que construa uma alternativa à situação de preponderância do Estado. A alta direção do MDB sugere uma atuação que se restringe à esfera político-institucional, retornando, dessa forma, a um liberalismo de tipo clássico que se identifica, na narrativa de Weffort, com o liberalismo oligárquico da República do início do século. A dificuldade de se fugir dessa tradição evidencia os fortes obstáculos que o autor acredita terem de ser superados para que o Brasil consiga se modernizar e construir uma democracia em seu sentido denso.

Desse ponto de vista, Marilena Chauí reproduz a sensação de Weffort. A sensação de dificuldade em gerar rupturas dentro do ambiente de crise. Há um limite de ação por parte dos agentes políticos, dado pelas tradições e pela sociedade brasileira:

“O que eu vejo é uma harmonia entre a linguagem e a ação do Estado, isto é, o que este entende por abertura se reduz a um arranjo de novas formas para manter a dominação sem alterar o regime em qualquer ponto essencial. Afinal, as ‘reformas’ (e nisto arenistas e emedebistas de todos os matizes concordam!) são propostas para realizar os ‘ideais de 1964’... ‘Ideais’ que algum anjo maléfico teria perdido no meio do caminho.”¹¹⁵

¹¹⁵ Ibid. P. 45.

Continua depois:

“incapacidade para inventar formas de ação novas capazes de evitar tanto o problema do efêmero quanto o risco de cair em formas tradicionais de organização de tipo autoritário (quero dizer, disciplinar e hierárquico). Sobre tudo (e por isso mencionei o perigo da ilusão face à linguagem do Estado) parece não haver meio de escapar à força de certos aparelhos do Estado e da oposição institucionalizada que têm, sistematicamente, se apropriado das mobilizações, transformando o sentido dos temas reivindicatórios, neutralizando-os e postergando-os.”¹¹⁶

Michel Debrun, filósofo político, a época professor da Unicamp, que também participava do debate, enxerga no movimento operário uma tímida tentativa de ruptura. Entretanto, o tom geral manifesto na discussão é de pessimismo. Dentro desse contexto, os intelectuais envolvidos no debate projetam possibilidades de desfecho da crise.

Francisco Weffort, por sua vez, procura realizar uma previsão dos acontecimentos que deverão se seguir. As perspectivas futuras propostas por Weffort se baseiam, em grande parte, nas análises feitas por ele sobre acontecimentos políticos passados vividos pelo país:

“Em primeiro lugar, me ocorre a possibilidade de persistência do padrão de instabilidade atual. Em outras palavras, o próximo presidente pode vir a repetir as linhas gerais da política do presidente Geisel, tentando ampliar a distensão, mas sendo ao mesmo tempo contrastado por grupos de direita. Uma segunda possibilidade seria de um êxito maior do presidente ou da política que o presidente expressa no sentido da distensão, o que também não revela, do meu ângulo, demasiado otimismo, porque isso significaria uma transição para a democracia de cima para baixo. Em terceiro lugar, vejo a possibilidade de uma regressão. Na medida em que a situação atual se prolongue por muito tempo, é possível um processo de deterioração de certos setores decisivos de aparato de Estado no Brasil, não se excluindo novos golpes, contragolpes, etc...”¹¹⁷

Das três possibilidades, nenhuma opera com uma real possibilidade de ruptura política. O marcante pessimismo com relação às mudanças, entretanto, não é absoluto. É importante destacar que a própria fundação do CEDEC e a organização do debate são reações as quais os intelectuais envolvidos no Centro consideram um momento de inflexão na história política brasileira. O fato de a possibilidade ser remota não muda o engajamento ao qual se propõem, em um

¹¹⁶ Ibid. Pp. 45-46.

¹¹⁷ Ibid. P. 45.

tempo que colocava demandas que já não mais eram plenamente atendidas pelo CEBRAP. Essa foi, por exemplo, a razão dada por Octávio Ianni para se desligar do instituto, ao passo que Bolívar Lamounier optou pela fundação do *Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo*.

O pessimismo não anula o sentimento de mudança que impele a construção de novos recursos para lidar com uma situação diferente. Mesmo com a outorga do *Pacote de abril*, o cenário de crise do regime e de ascensão do MDB gera novas discussões sobre a possibilidade de construir um regime democrático. A questão que se coloca é o que pode ser efetivamente considerado uma democracia.

Os intelectuais engajados no debate e no CEDEC, usam o conceito de crise com o intuito de conferir ao projeto de distensão um significado histórico diverso daquele proposto pelo regime militar. Em sua dimensão conjuntural, o conceito de crise cumpre a função de dotar o projeto governamental de distensão um grau de imprevisibilidade e falta de absoluto controle. Retira-se, dessa forma, a capacidade de o regime empreender efetivamente seu projeto de institucionalização. A definição da crise, tal como formulada por Weffort, aponta para um impasse entre diferentes projetos e propostas de normalização da política brasileira após um período de dura repressão. O significado da crise cria, desse modo, um espaço de atuação em que a tradição pode encontrar dificuldades para se perpetuar. Desse modo, afirma:

“Eu tenho raciocinado, pelo menos para o que se refere ao momento atual, em termos de um tempo curto em que está aberta uma possibilidade de agir sobre a realidade. Esta possibilidade não está aberta para sempre. Há certos momentos em que se pode agir livremente, não livremente no sentido de que se peça permissão aos outros, mas no sentido de que nós somos de certo modo, donos do sentido da nossa ação. Passando o momento, não há mais o que fazer, quer dizer, entramos pelo século XXI adentro, com o que vier. E teremos passado em brancas nuvens. Este é o meu medo. A história oferece alguma chance de ação. Há momentos de grandes revoluções em que aparentemente tudo é possível. E há outros momentos que não são de revolução, que são conjunturas difíceis em que alguma tentativa de ação é possível. Além de um certo ponto, definiu-se o quadro, acabou, não há mais o que fazer. Para a nossa geração acabou. Eu sei que a história continua. Eu sei que para outros haverá, mas não para mim. E estou raciocinando nestes termos: qual é a possibilidade da ação no presente? Neste presente eu vejo um desafio que, no mínimo, é preciso enfrentar.”¹¹⁸

¹¹⁸ Ibid. Pp. 58-59.

A crise política pela qual passa o regime, que não se confunde com a distensão, só se tornaria um processo de Abertura política a partir do momento em que dessa forma for entendida pelos atores nela atuantes, de modo que não reproduzam os erros passados e permitam, dessa forma, que o regime se perpetue de forma mais ou menos legalizada. Esse esforço precisa ser de alguma forma legitimado historicamente.

Reinhart Koselleck¹¹⁹ define o conceito de crise, ao pensá-lo no contexto de crítica iluminista ao Antigo Regime, como uma situação que se encontra aberta, a espera de uma decisão que não acontece. O impasse conjuntural, tal como posto por Weffort, acompanha essa definição e expõe uma crise maior, a de hegemonia, resgatada da narrativa desenvolvida pela Escola Paulista na década de 1960, do qual ele mesmo, Weffort, foi um importante contribuinte. Entender o autoritarismo brasileiro como derivado de uma crise, significa, por meio da compreensão sugerida por Koselleck, pensá-lo enquanto uma questão a espera de uma decisão. Há, contudo, substanciais diferenças entre a forma como Koselleck usa o conceito e como este deve ser aplicado nesta pesquisa.

No trabalho do historiador alemão, a crise é resultado da criação de uma esfera moral burguesa, a partir da qual o mundo político é avaliado a uma distância hipócrita. Ou seja, no processo, a própria moral torna-se política sem que assim o admita. A crítica originada no mundo burguês cria uma crise para a qual somente ela mesma pode pôr um fim. Entretanto, sua hipocrisia, ao não se admitir política, cria uma situação histórica em que ninguém pode tomar a decisão necessária para o desfecho da crise. A crise de que fala este trabalho tem uma natureza diferente.

Nessa definição, a narrativa na qual o conceito de crise adquire sentido há um processo histórico cujo desdobramento não ocorre como deveria. No caso, é a modernização da sociedade brasileira a preocupação que desde os primórdios da Escola Paulista forja o pano de fundo dessa narrativa. Essa é a história a espera de um desfecho, forjada sob a legitimidade da ciência. Nela, o conceito de desenvolvimento ocupa um espaço apenas marginal, e o horizonte de expectativas encontra substância no conceito de democracia.

¹¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.

A crise, em seu sentido conjuntural, retira do regime seu papel de condutor da história política brasileira e abre espaço para que a crise institucional se desenvolva, rompendo com um ciclo de autoritarismo que se perpetua desde a década de 1930. A crise, no sentido de longo prazo, só é uma crise porque tem como alternativa antitética um desenvolvimento histórico que levaria a sociedade brasileira à modernidade. Sob esse ponto de vista, a narrativa que tem por base o conceito de desenvolvimento é valorada negativamente, pois associada à existência do atraso em meio à modernidade; à desigualdade de renda; e ao autoritarismo. Em seu sentido conjuntural, a crise é um momento em que os sujeitos históricos que engendram a narrativa do desenvolvimento estão impossibilitados de dar a mesma um desfecho. A crise é um momento em que nenhum grupo político consegue pensar alternativas de ação futura, para a qual uma narrativa seria necessária. Daí a existência de um campo aberto de possibilidades de ação e decisão política.

Essa leitura embasa a participação política desses intelectuais e cria a possibilidade de ação em um momento de visível pessimismo frente às possibilidades de triunfo da democracia perante a progressão do projeto de distensão. Do lado das oposições, a crise representa a dificuldade que as mesmas têm em engendrar uma prática política pautada por uma narrativa da história brasileira tal como deveria ser, ou seja, que produza a modernidade necessária à consolidação de uma sociedade democrática. É somente nesse contexto, de crise, que o CEDEC e a *Revista de Cultura & Política* adquirem um sentido. Seguindo a colocação de Walter Benjamin, a revista pode ser compreendida como um conselho à sociedade brasileira, ou seja, como uma sugestão de prosseguimento de uma narrativa. Narrativa esta, entretanto, que os próprios intelectuais ligados ao instituto estão engendrando a partir da leitura que fazem da história brasileira. A não realização desta narrativa é o que constitui a crise.

3.4. A democracia

A narrativa que tem no conceito de desenvolvimento um elemento central é desconstruída tanto por meio da crítica ao ISEB como também ao regime militar. Nesse processo, o passado brasileiro é visto sob uma chave de continuidade, em que autoritarismo e desenvolvimento prevalecem inibindo a modernização social.

De forma correlata, é produzida uma narrativa alternativa para dar sentido à história brasileira, em que o conceito de democracia ocupa o lugar do horizonte de expectativas. Somente a partir dessa crítica e da narrativa que emerge é que pode ser compreendido o conceito de crise tal como formulado na Revista.

A centralidade do conceito de democracia não é obra da Escola Paulista. Mesmo dentro de sua tradição, esse conceito já possuía grande relevância desde antes da década de 1970. Já nas obras da década de 1960 o conceito adquire importância crescente. No já mencionado artigo de Weffort, publicado em 1965, *Estado e Massas no Brasil*, há uma seção intitulada *Autoritarismo e Democracia*, no qual esses dois conceitos são analisados no contexto do populismo. Logo no início desse trecho, afirma o autor:

“A pergunta que se poderia colocar seria a seguinte: a queda da ditadura Vargas em 1945 e a redemocratização do país não teriam alterado substancialmente as condições políticas de modo a tornar possível um regime pluralista? Não teriam, deste modo, criado condições para a minimização da soberania do Estado (que se confundia na ditadura com o poder pessoal de Vargas) em relação à sociedade?”
120

No trecho citado, é possível notar que o autor trabalha com o conceito de democracia em ao menos dois graus diferentes. Assim, embora se refira ao contexto de fim do Estado Novo como um contexto de redemocratização, igualando as condições políticas do tempo prévio e posterior ao regime varguista, coloca a questão sobre as possibilidades, em 1945, de aprofundamento do regime político em direção a uma maior pluralidade política, sinônimo, segundo o autor, de uma minimização da soberania do Estado em relação à sociedade. O grau de democracia pode ser aferido pela participação maior ou menor do Estado nas relações que se produzem na sociedade civil, seu pólo oposto e complementar.

A não realização de tal movimento em direção a um maior pluralismo teve como fenômeno correlato a criação de uma democracia específica, que diferia do modelo anterior ao regime de 1930 pela significativa presença das massas. Assim, pouco após o trecho citado, afirma Weffort:

¹²⁰ WEFFORT, Francisco. *Estado e Massas no Brasil*. IN: **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980. P. 52.

“Deste modo, a nova democracia brasileira difere radicalmente do modelo registrado na tradição ocidental. E a diferença mais notável está em que nesta democracia de massas, o Estado se apresenta de maneira direta a todos os cidadãos.”¹²¹

Weffort diz haver uma diferença significativa entre a democracia brasileira e a democracia da tradição ocidental. A diferença mais significativa está justamente no contato direto estabelecido entre o Estado e seus cidadãos, própria da estrutura de poder do populismo. A democracia da tradição ocidental teria, antes de tudo, referência em uma sociedade civil forte e em uma ordem social competitiva.

Existe, nesse artigo em específico, uma clara tentativa de se pensar as instituições políticas que emergem no Brasil juntamente com a emergência das massas no cenário nacional. Para o autor, é de extrema importância o fato, também destacado por Fernando Henrique Cardoso no livro analisado no primeiro capítulo da presente dissertação, de que o crescimento urbano no Brasil se deu antes do processo de aceleração da industrialização. Tal fato não é sem importância para a continuidade do argumento do autor:

“Torna-se então, mais visível a existência de uma fórmula de transação entre os grupos dominantes e ainda mais evidente a pressão das massas sobre a estrutura institucional. Configura-se, então, uma situação singular: todos os grupos, inclusive as massas populares mobilizadas, participam, direta ou indiretamente, do poder; não obstante, como nenhum deles possui a hegemonia, todos vêm como uma entidade superior, do qual esperam solução para todos os problemas. Esta situação de dependência dos diferentes grupos em relação ao Estado é uma realidade desde a crise final da oligarquia. Agora, porém, quando o processo de industrialização chega aos limites de sua coexistência com os setores ‘arcaicos’ da sociedade, crescem em todos os setores as expectativas em relação às possíveis ações do Estado.”¹²²

E continua:

“Enquanto no período anterior, o processo político construiu, através do populismo combinado com a relativa incapacidade política dos grupos dominantes, a imagem de um Estado soberano – agora se impõe a este Estado provar a realidade de sua soberania.”¹²³

¹²¹ Ibid. P. 53.

¹²² WEFFORT, Francisco. Estado e Massas no Brasil. IN: **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980. P. 57.

¹²³ Ibid. P. 58.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o período inaugurado nos anos de 1940 tem como marca a emergência das massas no cenário político, por outro, a ausência de uma hegemonia de classe confere ao Estado um lugar privilegiado na articulação das relações sociais, configurando uma situação de predominância de sua soberania no interior da sociedade.

A ausência de uma classe social hegemônica é um dado fundamental para a inauguração de um regime político populista. Tal situação abre espaço para a participação de diversos setores sociais no Estado, inclusive as massas populares; nem toda ela, há de se lembrar, originada pelo processo de industrialização. A crise do fim da hegemonia oligárquica no Brasil teve uma situação ao mesmo tempo conciliatória e temporária, no qual setores definidos pelo autor como arcaicos e modernos coexistiam dentro de um Estado que se impunha sobre as mesmas. O moderno, nesse caso, é associado às forças sociais que surgem com o advento da industrialização. A não manifestação plena dessas forças é um dos fatores responsáveis pela democracia incompleta que caracterizaria o regime populista, posto que se tal manifestação ocorresse, conferiria ao país um traço efetivamente moderno, o que criaria melhores condições para a construção de instituições democráticas de tipo ocidental.

A reflexão de Weffort, cujo objeto principal é a incorporação das massas à política brasileira, encontra ecos em outros trabalhos, publicados posteriormente. Mesmo sem ser citado em todos os trabalhos (embora o seja em alguns), é possível dizer que a reflexão sobre a democracia não foge muito às questões postas por Weffort. As diferenças, nesse contexto, surgem a partir das escolhas argumentativas que cada autor realiza e de sua perspectiva política. Assim, a democracia populista, incompleta, ou o processo de incorporação das massas é um tema que perpassa boa parte dos trabalhos já analisados nesta dissertação e são eles os lugares em que o conceito de democracia adquire seu espaço na narrativa da Escola Paulista.

Seja no estudo sobre a relação entre Estado e massas no Brasil, como em Weffort; na construção de instituições políticas orientadas para o desenvolvimento em uma situação histórica concreta, como no trabalho de Cardoso e Faletto; como uma etapa de transição para a modernidade anterior ao socialismo ou à interdependência, como em Octavio Ianni; ou até mesmo como uma máscara à ascensão da burguesia industrial no país, como em Francisco de Oliveira; a

democracia é um conceito evocado para compreender a República de 1946. Em comum em todos esses trabalhos, é o fato de que a democracia é compreendida em um duplo sentido. É reconhecida, em primeiro lugar, como uma realidade própria da tradição da cultura ocidental. Em segundo lugar, é compreendida como populista. Ou seja, incompleta, não devidamente estruturada. Esse segundo significado serve para analisar a realidade histórica brasileira das décadas de 1940 e 50; ou, da época de transição social motivada pelo processo de industrialização do país.

A diferença entre os autores decorre, principalmente, do aprofundamento da crítica ao conceito de desenvolvimento que toma lugar no início dos anos de 1970. Como foi analisado, ao separar-se o desenvolvimento econômico da modernização da sociedade, o primeiro conceito deixa de trazer em sua carga semântica um horizonte de expectativas valorado positivamente. A democracia, portanto, surge na narrativa somente quando seu segundo significado é realçado, ou seja, o da democracia populista, e não mais como um horizonte de expectativas viável e plausível.

O conceito de democracia ganha, entretanto, a partir de meados da década de 1970, um novo fôlego. Virgínia Maria Fontes, em um artigo intitulado *A Propósito de Democracia, de Paradoxos e de Reflexão Histórica*¹²⁴, afirma que em 1973, por meio de dois artigos, o primeiro de Wanderley Guilherme dos Santos¹²⁵ e o segundo de Fernando Henrique Cardoso, a discussão sobre a democracia é reintroduzida no âmbito acadêmico do país. Para o propósito desta dissertação, o texto de Fernando Henrique Cardoso tem maior relevância e, por isso, será analisado.

Republicado em 1975, no livro *Autoritarismo e Democratização*¹²⁶, o artigo a *Questão da Democracia* possui um caráter, antes de tudo, pragmático, como bem ressalta Virgínia Maria Fontes. Trata-se de uma tentativa de diálogo com setores militares detentores de poder estatal; provavelmente, de maneira mais específica, com o general recém-escolhido presidente, Ernesto Geisel, para que

¹²⁴ FONTES, Virgínia. *A Propósito de Democracia, de Paradoxos e de Reflexão Histórica*. IN: **Revista de Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Fronteiras. Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciências Humanas. Ano I. n. 2. maio, 1993.

¹²⁵ O artigo citado encontra-se em: SANTOS, Wanderley Guilherme. **Poder e Política** – crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

¹²⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *A Questão da Democracia*. IN: _____. **Autoritarismo e Democratização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

conduza um processo de abertura política. A necessidade de diálogo, tal como proposta por Fernando Henrique, embasa-se no seguinte argumento:

“no Brasil, com mais força e de modo mais desordenado, o próprio ímpeto do crescimento está gerando condições sociais, que a vida política, para dinamizar-se, terá que expressar como uma contradição com o estilo burocrático-repressivo do regime.”¹²⁷

Ou seja, a vida social brasileira, ao caminhar para um modelo de sociedade urbano-industrial, torna contraditório o exercício do poder burocrático-repressivo. É possível questionar a que ponto o autor não retoma, com esse argumento, um aspecto importante da teoria da modernização. Há no argumento, inegavelmente, um vínculo entre o desenvolvimento e a modernização da sociedade civil. Essa impressão, entretanto, não é inteiramente verdadeira. O que o autor realça é uma incompatibilidade entre o modelo político e a sociedade que começa a surgir, em especial na grande São Paulo. A outra solução, na visão do autor, seria uma guinada a um regime totalitário que, embora considere improvável, é também possível.

Outra evidência da manutenção da separação entre modernização e desenvolvimento é o vínculo estabelecido entre este segundo conceito e o de autoritarismo, que permanece como ponto central da argumentação do autor. De fato, o argumento inicial do capítulo refere-se ao anacronismo da ideologia da guerra fria e seus desdobramentos em termos de segurança nacional como orientadora da política interna, ao mesmo tempo em que Fernando Henrique procura mostrar as relações que mantêm, verdadeiramente, o regime burocrático e autoritário:

“Para ser um pouco mais preciso, o que se chama presentemente de ‘modelo político’ é o sistema de poder que assumiu a forma burocrático-autoritária e que tem funcionalmente dois eixos não excludentes, um tecnocrático e outro militar. Por trás dele, estão os interesses da expansão capitalista, nas suas vertentes, a empresa estatal e o conglomerado internacional, aos quais se liga uma burguesia local que em por ser caudatária e dependente deixa de ser importante como força econômica e social.”¹²⁸

Ou ainda:

¹²⁷ Ibid. P. 232.

¹²⁸ Ibid. P. 226.

“Este [ideologia da guerra fria], se de fato tornou-se anacrônico do ponto de vista da situação política internacional, não deixou de ter uma base objetiva e de ser útil para outros fins dos grupos políticos vencedores. Com efeito, o autoritarismo prevalecente permitiu a reorganização do aparelho de Estado, liquidou o sistema partidário anterior (e com ele a representação política das classes populares e trabalhadoras urbanas, bem como de setores importantes das antigas classes dominantes) e incorporou ao processo político, sob novas condições, as Forças Armadas e os grupos sociais que expressam os setores monopólicos da economia. Essas condições contribuíram para moldar o ‘milagre econômico’ nos termos em que se deu: com concentração de renda e desigualdade social.”¹²⁹

Desenvolvimento e autoritarismo continuam a ser, na realidade histórica brasileira, faces complementares de uma mesma moeda. É em função desse conceito de autoritarismo que o autor pensa o seu antônimo, o conceito de democracia. Na verdade, é em função do conceito de autoritarismo elaborado sob a experiência do milagre econômico que essa antinomia é construída. Antes usado somente para apontar a incompletude da democracia de 1946, os autores paulistas passam a dar ênfase a outro aspecto do conceito, já presente na crítica à República de 1946: oposição entre Estado e sociedade civil.

De fato, a ênfase na referida oposição já existe desde o momento em que os intelectuais da Escola Paulista optaram por privilegiar os estudos sobre os elementos societários em detrimento do Estado. O espaço que tal antinomia ocupa na narrativa dessa Escola, entretanto, muda substantivamente. Esse movimento já se inicia com o desdobramento das críticas ao conceito de desenvolvimento, realizadas no início da década de 1970. Como foi analisado, gradualmente o golpe de 1964 vê seu significado de ruptura perder força. Aos poucos, os aspectos de continuidade entre o período de 1946 e o de 1964 são realçados.

Fernando Henrique Cardoso, ainda no artigo *A Questão da Democracia*, afirma que o Estado de compromisso do populismo se renova. No lugar de burguesia industrial, massas e oligarquias, estabelece-se um pacto entre elite patrimonialista, burocracia pública e empresariado. Em comum entre ambos os períodos, a forte presença do Estado na regulação das relações sociais. A soberania do Estado sobre a sociedade civil faz prevalecer na sociedade, dessa forma, um ambiente de autoritarismo.

¹²⁹ Ibid. P. 225.

Em texto escrito em 1979, já em pleno processo de Abertura política e crise da política econômica do regime militar, Fernando Henrique escreveria outro texto, posteriormente publicado no livro *As Idéias e o Seu Lugar*, intitulado *O Desenvolvimento na Berlinda*¹³⁰. Nele, o autor refaz a trajetória das teorias desenvolvimentistas forjadas no contexto da América Latina, dando especial ênfase às teorias cepalinas e às teorias dependentistas, na qual ele mesmo se insere, para entender o lugar que o desenvolvimento ocupa nos dias de então.

O autor apresenta, então, um quadro profundamente negativo no que concerne ao processo de crescimento econômico dos países periféricos. Consagra, dessa forma, a perspectiva de que o desenvolvimento, enquanto processo de acúmulo de capital, não necessariamente traz desdobramentos positivos para a sociedade. Dentro de novas tentativas de definição do conceito de desenvolvimento, em face de essa realidade, como por exemplo, o eco-desenvolvimento, o autor introduz seu texto da seguinte forma:

“Seria difícil, depois disso eu o próprio cerne da civilização ocidental permanecesse intocado: o que está em jogo é a crença na Razão ou pelo menos a crença no modo pelo qual a Razão se faz presente com técnica e como princípio formal de ordenação do mundo.

“Deriva daí também, embora nem sempre de modo imediato, a crise da idéia de desenvolvimento econômico. Para entender-se a contribuição das ciências sociais ao debate contemporâneo e para delimitar seus alcances é necessário, portanto, ver do ângulo deste debate o mesmo grande problema que atormenta, a nível mais geral, o pensamento ocidental. A consciência da existência de um ‘problema do desenvolvimento’, eu constitui o b-a-ba da contribuição do pensamento se não do Terceiro Mundo, pelo menos sobre o Terceiro Mundo, supôs sempre um parâmetro: sabia-se o que significava o progresso e este era almejado. Hoje, no centro, põe-se em dúvida a idéia de progresso que permitiu a construção da civilização contemporânea, graças ao domínio da Técnica pela Razão.”¹³¹

A tentativa de conferir uma nova carga semântica ao conceito passa pela tentativa de destituir o desenvolvimento do papel que ocupava na narrativa histórica da sociedade brasileira. No trecho citado, Fernando Henrique questiona mesmo a crença no progresso social que estaria por trás do conceito de desenvolvimento. No final dos anos de 1970, a crítica ao desenvolvimento adquire forte legitimidade social perante a onda de crises econômicas que marcaram o

¹³⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. O Desenvolvimento na Berlinda. IN: _____. **As idéias e o Seu Lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrobras: Vozes: CEBRAP, 1980.

¹³¹ Ibid. P. 130.

cenário internacional. O artigo de Cardoso, entretanto, pouco faz além de aprofundar críticas que já estavam sendo concebidas durante o final da década de 1960 e a década de 1970.

Estado, autoritarismo e desenvolvimento, nessa crítica, tornam-se conceito solidamente entrelaçados. O desenvolvimento, nesse contexto, e na experiência de maior autoritarismo do regime complementado por um forte crescimento econômico, adquire uma valoração negativa e se torna uma chave para explicar uma realidade de arbitrariedade e exclusão social crescente. Contudo, o objeto do autor, e de cada vez mais intelectuais, já em 1973, era a possibilidade de construir uma democracia, como demonstra seu artigo.

Essa democracia era compreendida, eminentemente, como uma ordem política em que a sociedade civil pudesse se organizar fora das amarras do Estado, muito próximo, portanto, do significado que o liberalismo confere a este mesmo conceito. Fernando Henrique, com isso, dá continuidade à tradição da Escola Paulista, que desde os anos de 1950 tinha por objeto central a sociedade civil ao mesmo tempo em que realizava uma crítica à regulação social construída pelo Estado implantado no regime de 1946. Ao longo dos anos de 1970, o conceito de democracia sofrerá uma mudança importante, mas não no seu conteúdo semântico, compreendido este de forma mais rigorosa.

Aos poucos, esse binômio formado por democracia e autoritarismo exercerá a função antes atribuída ao conceito de desenvolvimento: serão os conceitos responsáveis por fiar a narrativa histórica da sociedade brasileira. O desenvolvimento, ao desempenhar semelhante função, dava ênfase à oposição entre o nacional e o estrangeiro. A crítica ao mesmo abrirá espaço para que a democracia se desvencilhe do conceito de desenvolvimento, chegando ao ponto de tê-lo como pólo opositor, na medida em que o mesmo não poderia mais ser compreendido sem o conceito de autoritarismo.

Nesse sentido, o fato de a continuidade entre o regime de 1946 e o regime militar ser cada vez mais realçado pela narrativa em questão é um indício de que não é mais pela ótica do desenvolvimento que a história do Brasil é interpretada, o que era realizado até então, inclusive por intelectuais da Escola Paulista. A partir de meados dos anos de 1970, o conceito de democracia tal como formulado por essa Escola desempenhará essa função, orientará a ação de importantes grupos políticos, dará sentido à idéia de redemocratização, e deslocará o sentido do

conceito de desenvolvimento, tão caro às forças políticas que se identificavam com o trabalhismo e com o nacionalismo. A questão nacional era definitivamente substituída, no contexto da Escola paulista¹³², pela questão democrática¹³³.

¹³² A centralidade do conceito de democracia para a narrativa histórica do Brasil é própria não apenas a Escola Paulista, mas também de vários outros espaços intelectuais. Entretanto, a análise empreendida neste capítulo teve por objetivo pensar, de maneira particular, o deslocamento que ocorre na narrativa dentro do contexto intelectual selecionado.

¹³³ Gilberto Felisberto Vasconcellos trabalha, ainda que com pouca formalidade acadêmica, esse deslocamento que é efetuado pela Escola Paulista. Cf. VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. Antigos e Novos Coveiros da Era Vargas. IN: **O Príncipe da Moeda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.